



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a
cerimônia de assinatura do II Pacto de Reforma da Justiça**

Palácio do Buriti, 13 de abril de 2009

Meu caro José Roberto Arruda, governador do Distrito Federal,
Meu caro presidente do Senado Federal, José Sarney,
Deputado Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados,
Ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal,
Ministros Tarso Genro, da Justiça; José Pimentel, da Previdência Social,
José Antonio Dias Toffoli, Advogado-Geral da União,
Nosso querido companheiro Márcio Thomaz Bastos, ex-ministro da
Justiça,

Paulo Octávio, vice-governador do Distrito Federal,
Senadora da República, Serys Slhessarenko,
Senador Pedro Simon,
Deputados federais Osmar Serraglio, José Paes Landim, Flávio Dino e
Geraldo Magela,

Ministro Cezar Peluso, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal,
Ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal,
Ministro Cesar Asfor Rocha, presidente do Superior Tribunal de Justiça,
Ministro Milton de Moura França, presidente do Tribunal Superior do
Trabalho,

Ministro Carlos Alberto Marques Soares, presidente do Superior Tribunal
Militar,

Meu caro Cezar Britto, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil,
Senhoras e senhores ministros de Tribunais, magistrados, procuradores,
desembargadores, promotores, defensores públicos, advogados,
Senhoras e senhores,



Companheiros da imprensa, magistrados da caneta e da notícia,

Quero agradecer ao Tarso, ao Temer, ao Sarney e ao Gilmar porque eles me fizeram um bem enorme. Cada um deles falou 30% do meu discurso. Isso significa que eu vou poder ficar livre para dizer umas palavrinhas sem o discurso, porque tudo o que foi feito no Primeiro Pacto e tudo o que vai ser feito no Segundo já foi dito por vocês. Eu não vou repetir. Espero não ser mais chato sem ler o documento aqui.

Eu queria apenas dizer poucas palavras porque está escrito no capítulo dos Direitos Fundamentais que todos nós temos direito a três refeições por dia. A de agora, daqui a pouco, é a segunda, porque a primeira foi o café da manhã e eu não quero proibi-los de ter acesso a esse mandamento constitucional.

Eu queria, primeiro, dizer que bendito o dia em que o ministro Márcio Thomaz Bastos entrou na minha sala, dizendo que iria propor ao presidente do Senado que, por coincidência, na época era o próprio presidente Sarney, ao presidente da Câmara, que era o deputado João Paulo Cunha e ao presidente do Supremo Tribunal Federal, que era o ministro Nelson Jobim de a gente começar a discutir a possibilidade de fazer uma profunda reforma no Judiciário e que isso só poderia ser possível se nós construíssemos a imagem e a ideia de um pacto entre os Poderes.

Logo que assumimos essa responsabilidade e firmamos o Pacto, o Sérgio Renault, que está ali ao lado do Márcio Thomaz Bastos, assumiu a diretoria da Secretaria Executiva do Primeiro Pacto. Os resultados foram esses que falaram aqui o ministro Tarso e que falou, sobretudo, o ministro Gilmar Mendes. Nós já alcançamos resultados extraordinários. O problema é que às vezes nós ficamos angustiados porque nós temos um acúmulo de coisas equivocadas durante décadas e décadas, e a gente acha que é possível consertar em meia (incompreensível), e não é possível consertar.

Mas eu penso que nós demos um passo extraordinário ao fazermos o



Primeiro Pacto, e foi tão importante que já surgiu a ideia de fazer o Segundo, que estamos aqui consagrando o Segundo Pacto. Só lamento – e eu não tenho dúvidas de que o Congresso terá o comportamento que teve no Primeiro – que no Terceiro Pacto só vou ser eu que não estarei na Presidência. O Sarney certamente estará; não sei se o Gilmar estará; o Michel Temer certamente estará; mas eu, certamente não estarei. Mas eu acho que é inevitável... Alguns mais céticos poderiam perguntar “mas por que isso não foi feito antes?” É porque as coisas só acontecem no momento que têm que acontecer. Há um processo de maturação em tudo o que acontece no mundo e nas nossas vidas, que acontece naquela hora exata.

Vocês estão lembrados que, dez anos atrás, ou quando estávamos fazendo a Constituição, em 1988 – naquela época o Sarney era presidente e não estava participando dos debates, mas eu e o Temer estávamos, o Tarso estava também – era quase proibido falar em reforma do Judiciário. Era quase proibido. Era uma palavra que dava a impressão de que a sociedade civil queria substituir as funções do Poder Judiciário. Na hora em que os homens que assumem os Poderes se colocam de acordo que nem tudo está errado, mas que também nem tudo está certo, e que é possível fazer alguns manejos para aperfeiçoar aquilo que a sociedade espera de nós, as coisas acontecem e não houve resistência no Judiciário, não houve resistência no Executivo, não houve resistência no Poder Executivo, e nós tivemos o prazer de consagrar o primeiro Pacto.

Agora, com o segundo, é a mesma coisa. Nós estamos de acordo de que é preciso continuar o processo de aperfeiçoamento. E depois que fizermos o segundo nós vamos, necessariamente, chegar à conclusão de que ainda faltam coisas para serem aperfeiçoadas. E nós iremos fazendo na medida em que a sociedade vai percebendo que a vida dela vai mudando.

Quando o Presidente da Suprema Corte diz que vai a uma cidade chamada Pedrinhas, no Maranhão, e encontra um cidadão que está há quatro



anos preso, quando, na verdade, a sua pena... ou melhor, na verdade está quatro anos além da sua pena preso, por falta de um advogado, por falta de um juiz, por falta de um defensor, eu fico imaginando quantos estão soltos, que deveriam estar presos no lugar deste e que estão soltos porque também nós temos ineficiência no nosso sistema policial, no nosso sistema carcerário, e ainda no próprio Poder Judiciário.

O que é importante é que nós não estamos fazendo as coisas de forma corporativa. Ninguém aqui está defendendo o seu espaço, a sua sobrevivência. O que nós estamos é dando a este país uma cara de democracia, que não basta estar na Constituição. É preciso regulamentar o espaço que os constituintes garantiram para o País ser regulamentado, para que ele [o espaço] se torne uma coisa prática e que possa ser tocado por quem precisa da Justiça neste País.

Por isso, eu quero agradecer ao Congresso Nacional. Eu vou repetir uma coisa que eu digo todo dia: de vez em quando muita gente inventa uma briga entre o Executivo e o Congresso Nacional, entre o Poder Judiciário e o Executivo, e o Congresso Nacional. Primeiro, ninguém aqui é freira e santa, e não estamos em um convento. E não me consta, na história, que em convento também não tem briga. Ou seja, nós somos homens e mulheres que estamos construindo a democracia depois de conquistar, depois de 23 anos de autoritarismo, o direito de exercitá-la. Fizemos uma Constituição como poucos países conseguiram fazer. Nunca a sociedade de um país ferveu tanto para fazer prevalecer as forças organizadas da sociedade e os seus pensamentos, dentro da Constituição. Fizemos uma extraordinária Constituição e agora precisamos aperfeiçoá-la.

Ora, se na nossa vida nós vivemos nos aperfeiçoando a cada dia... Você, Kennedy, sabe que você hoje é um jornalista muito mais aperfeiçoado do que você era há 15 anos. A Constituição já está com 21 anos, portanto, ela tem que ser aperfeiçoada. As práticas que valiam há 20 anos, podem não valer



hoje. O que nós precisamos é perder o medo de mudar. Nós somos uma sociedade, que somos muitas vezes, doutrinariamente ou historicamente, conduzidos a ter medo de mudança. Isso é tão verdade, que mesmo quando a gente quer tirar uma pessoa que está morando em um local inadequado para morar, que pode ser vítima de uma enchente, de um desbarrancamento, a gente não consegue tirar. Muitas vezes tem que levar a polícia para tirar.

Como nós somos os dirigentes deste país, os dirigentes dos Poderes, nós não precisamos esperar que ninguém mande a gente fazer. Até porque nós chegamos onde chegamos porque já vínhamos lutando por isso há muito tempo.

Quando o ministro Gilmar Mendes falou dos advogados voluntários, eu fico imaginando como é que a Defensoria Pública fica. Porque também dentro da nossa alma sempre tem um pouco de corporação. Os jornalistas ficam nervosos quando dizem que quem não tem diploma não pode exercer a função de jornalista, porque cada um tem que defender o pão de cada dia, a sua profissão. A OAB fica nervosa se alguém falar que vai advogar sem ter o carimbo da OAB.

E nós com este Pacto estamos garantindo o quê? O Gilmar não é o dono da verdade, o Temer não é o dono da verdade, o Sarney não é o dono da verdade, eu não sou o dono da verdade. Nem a verdade de cada um está construindo aquilo que parecia impossível ser construído no Brasil. Congresso Nacional, Senado e Câmara, Poder Judiciário e Poder Executivo, estão de mãos dadas para dizer que não há nada que nos demova da idéia de tornar a Justiça brasileira cada vez mais respeitada, cada vez mais competente para atender aos anseios daqueles que precisam da justiça. Afinal de contas, médico e justiça ninguém precisa em tempos bons. Só precisa em tempos maus.

Portanto, que Deus nos abençoe, que Deus dê ao Congresso Nacional a mesma sabedoria que deu no primeiro Pacto e que a gente possa daqui a um



ano, um ano e meio, estar aprovando tudo o que foi para o Congresso Nacional e já estar discutindo um terceiro Pacto.

Felicidades a todos.

Parabéns Sarney, Temer e Gilmar Mendes, e parabéns Tarso Genro pelo trabalho feito até agora.

Márcio, o Jobim não está aqui, se não fosse você e o Jobim terem a disposição que tiveram naquele momento, de convencer outras pessoas, eu não sei se a gente teria conseguido, só Executivo e Legislativo, fazer.

Parabéns pelo trabalho que vocês realizaram.

Um abraço.

(\$211A)